

# As revoltas por democracia socialista no “bloco soviético” e as transformações do stalinismo (1953-56)

*The revolts for Socialist democracy in the “Soviet Bloc” and Stalinism’s transformations (1953-56)*

**Marcio Lauria Monteiro\***

## **Resumo**

Após a Segunda Guerra Mundial, a URSS expandiu para o Leste Europeu seu modelo econômico e social de uma sociedade de transição entre capitalismo e socialismo dotada de um regime de ditadura da burocracia (stalinismo), formando assim o “bloco soviético”. Após a morte de Stalin, a burocracia necessitou realizar concessões como forma de evitar uma revolta. Isso originou um “novo curso”, de suposta “de-stalinização”. As mudanças geraram conflitos na cúpula de muitos regimes, entre “conservadores” e “reformadores”. Dotadas de grandes expectativas por mudanças, entre 1953-56, a classe trabalhadora e setores da intelectualidade de diferentes países aproveitaram a situação para demandar uma genuína democracia socialista, através de revoltas ou mesmo revoluções, só parcialmente e temporariamente contidas após a brutal repressão da Revolução Húngara. Esse conjunto de eventos é central para a compreensão das contradições dessas formações sociais, e para melhor compreender seu colapso no final dos anos 1980.

**Palavras-chave:** Bloco soviético; stalinismo; democracia socialista.

## **Abstract**

*After the Second World War the USSR expanded to part of East Europe its socio-economical model of a society of transition between capitalism and socialism with a regime of dictatorship of the bureaucracy (Stalinism), thus creating the “Soviet bloc”. After Stalin’s death, the bureaucracy had to make concessions as a way to avoid a popular revolt. This originated a “new course”, of supposed “de-Stalinization”. The changes generated conflicts between “reformers” and “conservatives” on the top echelons of many regimes. Imbued with high hopes for changes, between 1953-56, the workingclass and sectors of the intelligentsia of different countries took on the opportunity to demand genuine socialist democracy, through revolts or even revolutions, only partially and temporarily contained by the brutal repression of the Hungarian Revolution. These events are central for the comprehension of those social formations’ contradictions, as well as for the best understating of their collapse on the end of the 1980s.*

**Keywords:** Soviet bloc; Stalinism; socialist democracy.

\* Mestre e doutorando em História Social pelo PPGH-UFF. Contato: marciolmonteiro@gmail.com.

A Revolução Soviética de 1917 não conseguiu construir a “livre associação dos produtores” (autogoverno proletário) a que almejavam os bolcheviques. As explicações para tal não são simples, mas se destacam como elementos causais o baixo desenvolvimento das forças produtivas do Império Russo, se comparadas aos dos centros imperialistas de então; a dura guerra contrarrevolucionária internacional a que a nascente formação social foi submetida entre 1918-1921; o isolamento internacional que ela enfrentou com a derrota da onda revolucionária que acarretou na Europa ocidental; a militarização decorrente desse isolamento; e o desânimo e desgaste que isso tudo gerou no proletariado que protagonizou a revolução.

Fruto desses elementos, ao longo dos anos 1920 foi sendo erguido um regime político marcado por uma crescente autonomização do aparato administrativo em relação à classe trabalhadora e ao próprio Partido Comunista (PC). Esse regime foi consolidado ao longo dos anos 1930, através de enorme brutalidade contra a classe trabalhadora, os camponeses e o próprio partido, assassinando sua “velha guarda”.

Leon Trotsky, na fase madura de seu pensamento<sup>1</sup>, caracterizou tal regime como uma “ditadura da burocracia” sobre o proletariado, porém assentada sobre as relações de propriedade e produção criadas pela revolução. Esse regime era o equivalente ao bonapartismo capitalista em uma sociedade de transição entre capitalismo e socialismo, travando tal transição. Para Trotsky, ele era fruto de um processo “termidoriano”, através do qual tal burocracia expropriara politicamente o proletariado, mas sem operar uma contrarrevolução social (restauração capitalista). Encaramos ser esse o melhor arcabouço de análise da formação social soviética e suas equivalentes posteriores.

O stalinismo, assim definido, buscava defender as conquistas sociais da revolução (em especial a propriedade estatizada) através de seus próprios métodos brutais, ao mesmo tempo em que preservava e aprofundava os privilégios do grupo social da burocracia administrativa, cuja forma de vida estava assentada sobre a propriedade estatizada, com ela mantendo uma relação parasitária. Tais métodos, ressaltou Trotsky, tinham o pesado custo de gerar desequilíbrios diversos e colocar em permanente risco a sobrevivência daquelas conquistas, além de se tornar cada vez mais um freio ao desenvolvimento, por conta da supressão da liberdade de iniciativa e afastamento do proletariado do controle da produção e sua organização.

Ademais, buscando se autopreservar, a burocracia passou a buscar uma impossível convivência pacífica com as potências imperialistas, transformando

<sup>1</sup> As análises e posicionamentos de Trotsky acerca da burocratização da URSS e do stalinismo mudaram ao longo de 1923-33, em meio à sua luta oposicionista e às mudanças desses fenômenos (Monteiro, 2017).

a Internacional Comunista, de “Partido Mundial de Revolução Socialista”, em braço da política externa do Kremlin. Assim, utilizando o peso do aparato da Internacional e sua dependência material frente ao regime da URSS, tal burocracia implementou uma profunda mudança de linha nos PCs do mundo todo, da perspectiva revolucionária e internacionalista para o “etapismo” nacional-reformista, sacrificando revoluções como a Chinesa (1925-27) e Espanhola (1936-39), e deixando o proletariado alemão desorientado diante da ascensão fascista.

Para Trotsky, a única forma de regenerar a democracia soviética na URSS era através de uma “revolução política”, que restaurasse o poder direto dos *soviets* e submetesse a burocracia administrativa ao autogoverno do proletariado. Isso se fazia fundamental, não só pelos desequilíbrios internos e sabotagens internacionais, mas também, pois setores da burocracia tendiam a posições restauracionistas, para passarem de “gestores” a proprietários dos meios de produção. Sem a restauração da democracia proletária, a URSS corria sério risco de uma contrarrevolução interna ou externa.

Na obra em que sintetiza tais ideias, “A Revolução Traída”, de 1936, Trotsky vaticinou que não tardaria para explodir uma revolta da classe trabalhadora contra o stalinismo, provavelmente começando por demandas econômicas básicas em prol de melhores condições de vida e logo desaguando em uma luta por liberdades democráticas e pelo controle da política e da economia. (Trotsky, 2005) Uma revolta geral como essa não chegou a ocorrer na URSS propriamente dita, mas se fez presente no “bloco soviético” nas décadas de 1950-60, em especial nos anos 1953-56.

### **A morte de Stalin e o “novo curso” da burocracia stalinista**

Ao longo de quase três décadas de comando hipercentralizado, Stalin foi o homem-forte da burocracia. Liderou o aparato estatal-partidário no processo de industrialização acelerada e coletivização forçada do campo na virada dos anos 1920-30, nos massivos expurgos da “velha guarda” revolucionária, em meados dos anos 1930; no enfrentamento à invasão militar alemã na Segunda Guerra Mundial; e na expansão burocrático-militar da formação social soviética pelo Leste Europeu após a Guerra, formando o “bloco soviético”.

Inicialmente almejando manter o capitalismo na região, na forma de “democracia populares” dotadas de governos de coalizão com elementos burgueses, sustentados pelas tropas de ocupação, a burocracia acabou por liquidar todo e qualquer resquício que ainda restara do capitalismo na região a partir de 1948, quando os EUA intensificaram a ofensiva que daria lugar à “Guerra Fria”. Assim, o “bloco soviético” passou a mimetizar a URSS de Stalin: expurgos em massa; terror sistemático; industrialização acelerada; coletivização forçada do campo; foco na indústria pesada; militarização. Esse processo foi operado pela própria

cúpula da URSS, a partir da seleção cuidadosa de aliados locais em cada país. (Monteiro, 2016, p. 138-141)

Com a morte de Stalin, fortes abalados vindos de baixo e de cima atingiram os regimes stalinistas no interior do “bloco soviético”. Ela ocorreu em 5 de março de 1953, devido a uma hemorragia cerebral. No mesmo dia, o Comitê Central (CC) se reuniu para reorganizar a cúpula do poder. O modelo de enorme concentração individual de poder que ele Stalin construído ao redor de si foi desfeito e emergiu uma liderança compartilhada, com destaque para o triunvirato formado por Georgi Malenkov, Lavrenti Beria e Nikita Khrushchev. Mas “direção coletiva” era muito frágil, fruto de acordos resultantes de intensas lutas de cúpula entre representantes de diferentes grupos de interesses, e não demorou a ocorrerem rupturas e expurgos em seu interior. (Broué, 1996, p. 151-152 e Berend, 1996, p. 94)

Em paralelo à instabilidade na cúpula, havia gritantes contradições entre a propaganda ufanista dos regimes do Leste Europeu pertencentes ao “bloco soviético” acerca das condições de vida sob o “socialismo” e a realidade. A maior parte dos países do “bloco” era marcada por falta generalizada de bens de consumo (em especial alimentos para além do básico), más condições de habitação e outros problemas gerados pela industrialização acelerada e pela coletivização forçada, além dos investimentos massivos no setor militar. Já na URSS, apesar da devastação da Segunda Guerra, o momento era marcado pela atenuação do isolamento que o país enfrentara desde 1917 e a expansão da capacidade produtiva, acompanhada de maior qualificação da mão de obra, de forma que havia grandes expectativas por melhorias nas condições de vida.

Não possuindo a mesma autoridade moral de Stalin perante as massas, os novos líderes realizaram de imediato uma série de concessões visando aliviar a tensão social latente, em especial reabilitações de figuras de destaque dos primeiros anos de existência da URSS e libertação de dezenas de milhares de presos políticos. (Broué, 1996, p. 140-151 e Berend, 1996, p. 94).

Iniciava-se um suposto “novo curso”. Oficialmente anunciado em agosto de 1953, através de um discurso de Malenkov, a nova orientação envolveria a perspectiva de coexistência pacífica com o “mundo capitalista” (com ênfase na “resolução pacífica” de conflitos de interesses), medidas para elevar o padrão de vida da população (nova política agrícola para aumentar o estoque de comida e desaceleração da industrialização, aliviando a carga de trabalho do proletariado fabril), liderança coletiva na cúpula do regime (ressalta-se que, a essa altura, Beria já havia sido removido, em julho) e restituição do império da lei (“legalidade soviética”). Tratava-se, portanto, do fim da ditadura pessoal, do terror e das arbitrariedades legais, combinado a concessões materiais e políticas à população. (Berend, 1996, p. 59)

Esse “novo curso” foi também aplicado ao conjunto do “bloco soviético”,

em alguns casos por iniciativa dos próprios PCs locais<sup>2</sup>, em outros através da pressão de Moscou. As burocracias desses países amenizaram o terror, realizaram “autocríticas” de “excessos” do passado, reabilitaram figuras expurgadas e realizaram algumas concessões econômicas (revisão de normas de trabalho, redução de preços) e políticas (redução da censura e da atuação da polícia política).

O “novo curso” vindo da URSS levou a uma caça a bodes expiatórios nos demais PCs do “bloco soviético”, acarretando lutas internas, entre “reformadores” (ou “liberais”) e “stalinistas linha-dura” (ou “conservadores”, “antirrevisionistas”). Em alguns casos, setores da base partidária (principalmente das organizações juventude), também entraram na disputa, com demandas por concessões mais amplas e democratização. No interior do próprio PC da URSS também ocorreu um duro conflito. Neste, de um lado, Beria teve a iniciativa de propor concessões, de outro Kruschev foi contra – mais tarde, os papéis mudariam e Kruschev seria o principal proponente de mudanças e Viacheslav Molotov a principal voz conservadora. (Broué, 1996, p. 158-159)

Foi nesse contexto de mudanças que eclodiram as primeiras revoltas por um socialismo que colocasse as massas trabalhadores no controle da política e da economia e que lhes garantisse boas condições de vida. Vendo os conflitos no topo do regime e de seus respectivos partidos, a classe trabalhadora e setores da intelectualidade de diferentes países do “bloco soviético” não tardaram em aproveitar a situação para demandar uma mudança profunda. Os anos 1953-56 foram, assim, marcados por forte agitação social: operários, camponeses, intelectuais e estudantes, todos passaram a deixar vazar suas frustrações com as contradições sociais, falta de liberdades e dificuldades materiais.

Diversos PC's passaram por intensas disputas, não só nas cúpulas, mas nas bases, em especial nas organizações de juventude, de onde vinham propostas de reformas mais “radicais” e mesmo de um “retorno à Lenin”. Organizações como sindicatos de escritores passaram a publicar manifestos demandando o fim da censura. No chão das fábricas, os trabalhadores passaram a realizar paralisações e greves, forçando seus sindicatos a defenderem seus interesses ou então formando comitês de base para organizar a luta.

Em alguns casos, a agitação assumiu a forma de levantes proletários (Pilsen, na Tchecoslováquia, e RDA em 1953; Polônia em 1956) ou mesmo revoluções, com a aparição de um embrião de Estado paralelo, baseado em conselhos proletários (Hungria em 1956). As burocracias à frente dos regimes stalinistas realizaram então concessões secundárias (mudança de pessoas, mais “autocríticas”,

<sup>2</sup> Em geral, estes haviam adotado outros nomes após os processos de unificação forçada com os partidos social-democratas e outras organizações políticas locais, como forma de instituir um regime de partido único (a partir de 1948). Para fins de simplificação, os partidos à frente dos regimes stalinistas do “bloco soviético” serão aqui chamados de PC's.

pequenas melhorias de vida), mas o período seguiu sendo marcado por “aguda instabilidade política e social”, conforme destaca Fernando Claudín, até que a dura repressão à Revolução Húngara conteve temporariamente o dissenso. Não obstante, ele voltou à tona nos anos 1960, com destaque para a Tchecoslováquia e a “Primavera de Praga” (1968), também brutalmente suprimida. (Claudín, 1983, p. 150-152)

Invariavelmente, a imprensa dos PC's de todo o mundo tratou essas revoltas e revoluções proletárias como “provocações imperialistas”, ou mesmo “fascistas”, e como tentativas de restauração capitalista. Contraditoriamente, na imprensa dos países onde elas ocorriam, os PC's locais eram forçados a reconhecer que se tratava de trabalhadores demandando melhores condições de vida e participação na política do país, dentre outras coisas. Com frequência, tais eventos também foram deturpados pelos liberais, que buscavam reduzi-los a uma “rebelião civil contra o totalitarismo comunista” – para logo perderem o entusiasmo ao verem os trabalhadores defendendo a manutenção da propriedade socializada e até expulsando elementos pró-capitalistas das ruas, assembleias e conselhos. Em grande parte por conta dessas pressões políticas falsificadoras, ainda hoje a historiografia carece de um bom estudo sobre tais processos.

### **1953: greves na Tchecoslováquia, revolta na RDA e levante nos campos de trabalho da URSS**

Os primeiros abalados significativos ocorreram na Tchecoslováquia e, principalmente, na “Alemanha Oriental” (RDA). A industrialização acelerada e a coletivização forçada dos anos 1948-53 levaram a uma série de desequilíbrios nos países do Leste Europeu pertencentes ao “bloco soviético”. Na Tchecoslováquia, o regime buscou lidar com a crescente inflação aumentando os preços dos bens de consumo em janeiro de 1953 e implementando uma reforma monetária que prejudicaria o poder de compra dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, cotas de trabalho foram elevadas e o subsídio à alimentos racionados abandonado.

Essa reforma foi oficialmente anunciada na noite de 31 de maio e, na mesma noite, os trabalhadores da Skoda, em Pilsen, um dos maiores complexos industriais do país, entraram em greve. Na manhã seguinte, esses trabalhadores saíram em marcha rumo à prefeitura e se insurgiram, tomando o prédio e erguendo barricadas ao seu redor. Ao longo do dia, outros trabalhadores e também estudantes se juntaram ao movimento, que passou das demandas econômicas contra as mudanças recentes para demandas políticas por eleições democráticas. Algumas unidades policiais se solidarizaram com os revoltosos, mas houve dura repressão, com mais de 200 feridos até o final dos conflitos, que duraram até 2 de junho. Através da lei marcial, mais de 2 mil revoltosos foram presos.

A revolta em Pilsen atingiu outras cidades, com greves ocorrendo em outras

19 plantas industriais nas regiões da Bohemia e Morávia, mas sem chegarem à insurreição. No total, cerca de 360 mil trabalhadores pararam e 250 mil protestaram nas ruas entre 31 de maio e 2 de junho. O regime tratou tudo como fruto de “provocadores imperialistas”, mas recuou em parte das medidas anunciadas no dia 31. (Kramer, 1999, p. 16-22)

Algo semelhante ocorreu pouco depois na RDA, começando com uma forte greve em Berlim Oeste e tornando-se uma revolta proletária em várias cidades. Entre 1950-51, o regime havia intensificado o ritmo do trabalho nas fábricas e, em 1952, quando foi anunciado o início da “construção socialista”, o foco em investimentos para expansão da indústria de base e a construção de um exército próprio fez o nível de vida da população cair consideravelmente. Os setores médios responderam através de uma massiva emigração para a “Alemanha Ocidental”, o que agravou ainda mais a situação.

Em 9 de junho de 1953, já sob pressão de Moscou e seu “novo curso”, o regime fez um giro e realizou uma série de concessões políticas e econômicas à burguesia remanescente, à pequena burguesia e aos setores médios em geral, mas não aos trabalhadores industriais. Ao contrário, um decreto de 28 de maio, que aumentava as cotas de produção em 10% e vinculava os salários à produtividade, foi mantido e entrou em vigor em certos setores no dia 10 de junho, levando a uma redução dos salários de muitos trabalhadores. No caso da construção civil, que então empregava massivamente na devastada Berlim Oeste, a queda salarial foi de 10-15%.

Ainda em 28 de maio havia ocorrido uma paralisação parcial nos canteiros de obra de Berlim contra o aumento das normas. Os primeiros dias de junho foram marcados por intensos debates nas empresas e canteiros. Foram os trabalhadores da construção civil que iniciaram a rebelião: ela começou com trabalhadores dos canteiros da Stalinalle, no dia 16 de junho. Após uma grande assembleia, eles decidiram caminhar até a sede do governo nacional para entregar suas demandas a Walter Ulbricht em pessoa. No caminho, milhares de trabalhadores se juntaram e a marcha assumiu slogans contra o regime (“Eleições livres!”, “Queremos ser livres, não escravos!”).

Ao chegarem à Casa dos Ministérios, já eram dez mil e foram prontamente recebidos por funcionários do segundo escalão, que garantiram que o aumento das cotas de produção seria suspenso. Mas a multidão não se dispersou, exigiu a presença de Ulbricht e apresentou mais demandas, como eleições livres, democratização do PC e do regime e aumento do nível de vida em geral<sup>3</sup>. Após certo debate, a multidão marchou pela cidade convocando todos a uma greve geral para assegurar a vitória.

<sup>3</sup> As demandas, enumeradas pelo jornal francês *L'Observateur*, estão reproduzidas em Germain (1953).

À noite a notícia se espalhou pelo país e, no dia seguinte, assembleias ocorreram em inúmeras empresas de várias cidades, deflagrando greve e organizado comitês para negociar com os gestores demandas como readmissão de operários demitidos e demissão de funcionários administrativos abusivos, além de organizarem a expansão do movimento. Às demandas apresentadas pela multidão em Berlim no dia anterior se somaram outras, em especial a redução dos salários dos funcionários governamentais e que o governo de Ulbricht renunciasse. (Dale, [2017])

Em várias cidades, após as assembleias de greve, os trabalhadores saíam em marcha, com adesão de outros setores sociais, culminando em grandes concentrações nas praças centrais, ou ainda em ocupação dos prédios governamentais locais. Em alguns casos, centrais telefônicas e de rádio e televisão também foram ocupadas e mensagens foram transmitidas com as demandas dos grevistas. Ao total, cerca de meio milhão de trabalhadores participaram da greve, com cerca de 10% da população participando dos protestos de rua em apoio. (Dale, [2017]) Muitos membros do PC (então nomeado “Partido Socialista Unificado da Alemanha”), participaram e até o jornal do partido se alinhou às demandas econômicas dos trabalhadores. (Pelz, 2016, p. 174-175)

Em alguns lugares, os comitês de greve conseguiram se ligar uns aos outros, formando um embrião de poder político proletário. Em Bitterfeld-Wolfen, um conselho central foi formado e coordenou a tomada das fábricas, repartições públicas e instituições policiais, organizando os estoques de alimentos, libertando os presos políticos e prendendo o prefeito, o chefe de polícia e pondo sob custódia os altos funcionários locais. Assegurado o controle da cidade, o conselho enviou delegações de agitadores a cidades vizinhas e emitiu demandas de caráter nacional, em particular a demissão do governo e formação de um “governo provisório de trabalhadores progressistas”, que deveria dissolver as forças armadas, as fronteiras com a RFA e organizar eleições livres. Em Górlitz ocorreu algo similar.

Na avaliação de Dale Garteth, por mais que tenha tido caráter espontâneo, o levante nacional foi fruto da atuação de ativistas experientes, que haviam passado pelas fileiras do SPD, do KPD, da resistência antinazista ou outros agrupamentos, e a base possuía sólida memória coletiva das perspectivas socialistas enraizadas nos trabalhadores da época pré-nazista. (Dale, [2017])

Apesar das manifestações terem sido pacíficas, o governo mobilizou suas forças policiais, não obstante, em muitos lugares a massa sublevada os desarmou e houve até locais onde estes se solidarizaram com os revoltosos. Foi necessário então recorrer à lei marcial e ao uso das tropas da URSS estacionadas no país. Com a falta de centralização e a entrada em ação da repressão, o movimento refluíu. (Dale, [2017] e Pelz, 2016, p. 174-175)

O governo respondeu de forma dupla ao levante grevista, por um lado fa-



zendo concessões importantes nas condições de vida e trabalho, e por outro lado prendendo os grevistas mais combativos e as lideranças do levante. (Dale, [2017]) Além de algumas dezenas de trabalhadores fuzilados pelas tropas da URSS, houve 25 mil prisões e 46 condenações à morte. (Broué, 1996, p. 155)

A repressão, apesar de dura, não quebrou o espírito combativo dos trabalhadores, que seguiu se expressando nas assembleias de fábrica organizadas pelo PC local ao longo das semanas seguintes para divulgar as concessões do governo e tentar acalmar os ânimos. Em 7-8 de julho, dessa vez demandando a libertação dos grevistas presos, após reconhecimento do direito de greve pelo Ministro da Justiça em entrevista a um jornal, mas não tiveram a mesma radicalidade e adesão da revolta de junho. (Sprenger, 1953)

O governo e os PC's ao redor do globo trataram o movimento da forma que seria o padrão diante das demais revoltas contra os regimes stalinistas nos anos 1950-60: acusando-o de ser obra de agentes imperialistas e fascistas.

As repercussões da revolta alemã na URSS foram rápidas. Beria, então o principal defensor na cúpula da política de concessões, foi culpado pela situação e removido de suas funções. Preso, foi executado ao final do ano. Parte dos grevistas punidos foi deportada para campos de trabalho na URSS, onde espalharam as notícias da revolta. (Broué, 1996, p. 155-156 e p. 164)

A mensagem de que o regime se encontrava fragilizado e de que lutar era possível levou a uma greve de uma semana no importante campo de trabalho de Vorkuta (destino de muitos trotskistas nos anos 1930), com um comitê de greve eleito e com programa pela redução da jornada de trabalho, fim das discriminações e anistia aos presos políticos. O movimento se espalhou para outros campos, como Karaganda. Somado à queda de Beria, principal gestor do poderoso aparato repressivo, que desnorteou os administradores dos campos, e às concessões feitas para evitar uma rebelião na URSS, resultou na libertação de milhares de presos políticos.

As novas concessões envolveram aumento na oferta de bens alimentícios de qualidade (carne, manteiga), quintuplicação do preço pago aos produtos dos *kolkhozi*, anulação de dívidas, baixa dos preços de bens de consumo, dentre outros pontos. No plano externo, medidas de distensão foram adotadas entre julho e agosto visando aliviar os gastos militares e expandir as relações diplomáticas e comerciais. (Broué, 1996, p. 155-156)

Mas isso não foi suficiente. O ar no “bloco soviético” seguiu denso ao longo dos anos seguintes, com greves eclodindo aqui e ali. Apesar das concessões, conforme permaneceu a contradição fundamental entre a propriedade coletivizada e a gestão e poder políticos expropriados dos trabalhos, só foi possível atingir, nas palavras de Pierre Broué, um “equilíbrio instável entre as massas e a burocracia”, caracterizado pela preocupação desta em “manter a ordem”. (Broué, 1996, p. 157)

Ademais, conforme destaca Claudín, a marca fundamental dos regimes do Leste Europeu era seu “caráter importado e dependente”, de forma que, às demandas econômicas por melhores condições de trabalho e de vida (que tendiam a facilmente se tornarem demandas políticas por autogestão e democracia direta), se somavam demandas por soberania nacional. Não bastasse tais dificuldades para a burocracia, as disputas em seu interior não cessaram. (Broué, 1996, p. 159 e Claudín, 1983, p. 147)

### **1956: o “relatório Krushev” e sua repercussão na Polônia e Hungria**

Passados três anos, Krushev realizou seu conhecido ataque à Stalin em uma sessão secreta do XX Congresso do PC da URSS (fevereiro de 1956), através de um “relatório” “Sobre o culto à personalidade e suas consequências”. Enfatizando o caráter “pessoal” do regime de Stalin, atribuía os crimes da ditadura burocrática entre 1924-53, tratados como “excessos”, a “falhas” e “fraquezas” pessoais dele. (Broué, 1996, p. 160-161)

Além da reescrita da história, novas concessões foram feitas, como a redução da jornada de trabalho, prolongamento de feriados, gratuidade do ensino superior para os que nele já haviam ingressado, redução da polícia política e anistia para muitos presos políticos. Eram sinais de que a burocracia – que tinha uma poderosa polícia política vigiando os “humores” da sociedade – percebia que precisava ceder mais um pouco de terreno para evitar revoltas.

Novamente, quase todos os PC’s da região fora o da URSS foram perpassados por intensas disputas entre dirigentes “reformadores” e “conservadores”. Na URSS ocorreu uma reativação não intencional da sociedade civil (sindicatos, assembleias, reuniões diversas). Os setores sociais desejosos de mudanças no “bloco soviético” como um todo tiveram novo impulso. Na Polônia, ocorreu um levante em moldes muito similares ao da RDA em 1953 e uma onda de mobilização popular. Os eventos poloneses, por sua vez, engatilharam uma verdadeira revolução na Hungria, ambos processos fortemente marcados pelo desejo de democratização do regime político e das relações de produção, bem como por soberania nacional frente à URSS. (Broué, 1996, p. 164-168)

### **A insurreição de Poznan e o “outubro polonês”**

Na Polônia, a cúpula do PC decidiu que o “relatório” deveria ter uma circulação mais ampla do que almejava o PC da URSS quando o entregou aos demais partidos do “bloco soviético” (foi pela Polônia que ele vazou à imprensa ocidental). Com o aval do CC, entre fins de março e começo de abril, diversas reuniões ocorreram nas bases do partido para debater novos rumos para o regime, em um contexto no qual ainda vigorava o “relaxamento” do “novo curso” de 1953.

Nessas reuniões começou a ganhar força um sentimento antirrusso, dado todo o histórico negativo da URSS com o país. As bases passaram a demandar que as tropas da URSS se retirassem, bem como seus muitos agentes na cúpula do regime; que o parlamento passasse a funcionar forma autônoma; que um novo congresso partidário fosse convocado; e retorno ao CC de líderes expurgados. (Brown, 2009, p. 277)

A esse fermento político, que logo extrapolou as fileiras partidárias, somava-se uma situação comum aos demais países do “bloco soviético” à época: a piora da situação econômica da população devido à “construção socialista” do começo dos anos 1950. Dentre outros elementos, em 1951 fora implementado o racionamento de alimentos e, em 1953, houve um aumento de preços de bens de consumo, que fez com que os salários reais caíssem (em 1955, eram apenas 36% dos de 1949). (Crampton, 1997, p. 248)

A liderança do PC polonês havia acabado de passar por um baque, com a morte do Primeiro-secretário Boleslaw Beirut (12 de março). Seu substituto, Edward Ochab, buscou um meio caminho entre os “conservadores” e os “reformadores” (os quais tinham uma forte posição em prol de um “comunismo nacional” – autonomia em relação à URSS). (Brown, 2009, p. 277) Ochab respondeu ao crescente descontentamento e sentimento antirrusso com a libertação de dezenas de milhares de prisioneiros políticos, maior liberdade para o parlamento e também para a atuação pública da Igreja Católica. Mas não foi o bastante para conter a crescente tensão social. (Crampton, 1997, p. 285)

Essa tensão se transformou em revolta na cidade industrial de Poznan, onde trabalhadores fabris já vinham realizando há quase um ano certa agitação contra o aumento das normas de produção, irregularidades no cálculo dos salários e desorganização administrativa. Em 23 de junho, uma delegação foi à Varsóvia, retornando no dia 26 crendo que algumas das demandas seriam atendidas, mas, no dia 27, o próprio ministro compareceu a uma assembleia de uma grande fábrica em Poznan e retirou boa parte das promessas feitas à delegação.

Em resposta, na manhã do dia 28 teve início uma greve espontânea nas Indústrias Metalúrgicas Josef Stalin, com os trabalhadores saindo em marcha até o centro da cidade. No caminho, muitos outros se juntaram, somando uma multidão de cerca de 100 mil protestando por comida, melhorias das condições de trabalho e de vida. Às bandeiras econômicas dos grevistas, somaram-se ainda slogans políticos: “liberdade política”, liberdade para o cardinal Wyszynski e “Rusos, voltem para casa!”. A marcha, inicialmente ordeira, se tornou insurrecional devido à disparos da polícia local.

Os trabalhadores dominaram parte das forças armadas locais e tomaram a sede da polícia, a central radiofônica, a prisão e o tribunal. Para conter a situação foram necessários oficiais da URSS e tropas de outras cidades. No dia 29, o Primeiro-Ministro, Józef Cyrankiewicz, chegou à cidade e proferiu duras ameaças

na rádio local. Mas os protestos continuaram até o dia 30, sendo necessários mais de 10 mil soldados e um total de 746 revoltosos presos e mais de 50 fuzilados para que a revolta fosse suprimida. (Crampton, 1997, p. 285; Brown, 2009, p. 287; Claudín, 1983, p. 154)

Sob efeito dessa revolta, em Varsóvia os intelectuais e trabalhadores passaram a se reunir abertamente para debater a política do país, e logo a onda de contestação se espalhou por toda a Polônia. As principais reivindicações eram por soberania nacional frente à URSS (que logo se tornaram manifestações de nacionalismo), dissolução da polícia política e democratização do regime. Muitas manifestações de rua ocorreram em diferentes cidades e, em alguns casos, tornaram-se insurreições pontuais, logo debeladas.

Setores da intelectualidade, que já vinham sendo porta-vozes da insatisfação popular com o regime desde o “relaxamento” de 1953, tiveram importante papel de agitação nesse contexto, em especial a revista radical *Po Prostu* (Falando Francamente), que chamou à formação de conselhos proletários e um autogoverno dos trabalhadores. Os católicos também se sentiram mais à vontade, reunindo-se na Cracóvia em agosto para celebrar o terceiro centenário da padroeira da Polônia, na casa de 1 milhão de peregrinos. (Claudín, 1983, p. 154-155; Crampton, 1997, p. 284)

Nesse contexto, Wladyslaw Gomulka, líder do PC na época da resistência antinazista, que havia caído em desgraça em 1948 e sido reabilitado em 1955, se tornou porta-voz dos “reformadores” da cúpula partidária. Estes desejavam seu retorno à liderança do partido e a dos elementos diretamente ligados à Moscou, em especial o Ministro da Defesa, Konstantin Rokossovski. (Claudín, 1983, p. 154-155) Reunido em julho, o CC respondeu à situação com concessões em termos de menor centralização das indústrias desde acima e menos investimentos no setor da indústria pesada, promessa de aumentos salariais em até 50%, desaceleração da coletivização do campo, retorno de Gomulka ao CC e redução do número de administradores do partido, as quais começaram a ser implementadas nas semanas seguintes. (Crampton, 1997, p. 285)

Não obstante, em setembro os trabalhadores da fábrica de carros Zeran, próxima da capital, começaram a organizar conselhos sob a influência da revista *Po Prostu* e a iniciativa se espalhou para outros locais. Uma das demandas comuns desses conselhos era que Gomulka assumisse a liderança do partido. (Crampton, 1997, p. 286) Na própria cúpula do PC a disputa entre a ala “reformadora” e a ala “conservadora” pelo controle do CC se tornou mais aguda, enquanto, nas bases, muitos militantes se engajaram em manifestações. (Claudín, 1983, p. 154-155)

Em 19 de outubro, o CC se reuniu novamente, com a ala “reformadora” pretendendo reintegrar Gomulka ao órgão e entregar-lhe a liderança do partido. O PC da URSS solicitou o adiamento da reunião, pois não desejava o retorno de

Gomulka e estava focado nos eventos que então já se desenrolavam na Hungria. Diante da negativa, a URSS aproximou suas tropas na Polônia da capital e posicionou navios de guerra no porto de Gdansk. O governo respondeu pondo suas tropas em estado de alerta e chegou a distribuir armas a alguns destacamentos de trabalhadores.

A reunião ocorreu mesmo sob o clima de possível invasão pela URSS, com a presença surpresa de uma delegação composta por Krushev, Anastas Mikoian, Molotov, Lazar Kaganovich, mais o comandante do Pacto de Varsóvia, Ivan Konev. Gomulka foi reintegrado ao CC e também foi nomeado Primeiro-secretário, após os “reformadores” convencerem a delegação da URSS de que ele seria o melhor nome para evitar uma revolta que colocasse o regime em risco (mesmo que para Moscou isso significasse perder o controle direto sobre o PC e o governo poloneses). Em 22 de outubro, massivos protestos pró-Gomulka ocorreram em várias cidades, envolvendo até 100 mil pessoas em certos locais. No dia 24, cerca de meio milhão se manifestou em Varsóvia.

Mesmo depois dessa reunião, uma supressão militar da situação chegou a ser cogitada pela cúpula do PC da URSS, mas encararam que um conflito armado seria demasiado complicado e prolongado. Ademais, Gomulka e os “reformadores”, por mais que demandassem autonomia, asseguravam a permanência da Polônia no Pacto de Varsóvia e do PC polonês no “movimento comunista internacional”, sem alterar a característica essencial do regime stalinista – a ditadura da burocracia. (Claudín, 1983, p. 155-156; Crampton, 1997, p. 286; Brown, 2009, p. 277 e 279)

Gomulka realizou diversas reformas, prometendo desenvolver uma “democracia socialista” e assegurar relações autônomas frente à URSS. Em 14 de novembro, foi assinado um acordo com a URSS, que previa não-interferência nos assuntos poloneses, melhores termos nos acordos comerciais e retorno de todos os “consultores” da URSS atuantes na Polônia. Também legalizou os conselhos de fábricas (mas rigidamente limitados a funções econômicas), descoletivizou a terra, reconheceu a liberdade religiosa e reduziu a censura. Mas não alterou o unipartidarismo, não estabeleceu eleições democráticas, nem interferiu na política política. (Claudín, 1983, p. 154-156; Crampton, 1997, p. 287)

Após a supressão da Revolução Húngara, no começo de novembro – da qual Gomulka foi previamente informado pelo governo da URSS, sem ter se oposto a ela publicamente (Kramer, 1998, p. 203) – boa parte das concessões foram revertidas, na forma de uma campanha contra o “revisionismo”. Ela liquidou parte dos ganhos da revolta de outubro e eliminou os “reformadores” mais “radicais” do comando do partido. As únicas coisas que permaneceram do “outubro polonês” foram a relativa autonomia em relação à URSS, o recuo no uso da repressão ao nível de terror, a descoletivização da terra e a liberdade de atuação para a Igreja Católica.

Os conselhos proletários rapidamente foram postos sob o domínio do PC polonês e os ganhos salariais foram perdidos para a inflação, apesar de alguns aumentos posteriores. Em agosto de 1957, diante de novas agitações nas fábricas, o CC condenou as greves que seguiam ocorrendo e, em abril de 1958, as tornou ilegais. A censura foi retomada gradualmente e intelectuais radicais voltaram a ser perseguidos. (Claudín, 1983, p. 230; Crampton, 1997, p. 287)

Apesar da ala Gomulka da burocracia ter conseguido conter uma revolta nacional na Polônia barganhando certa autonomia com a URSS e realizando concessões às massas trabalhadoras, à pequena-burguesia e à Igreja Católica, o “outubro polonês” foi o gatilho para a Revolução Húngara. Esta, por sua vez, ao tomar as atenções de Moscou, certamente ajudou na resolução pacífica da crise entre Moscou e o PC polonês.

### **A Revolução Húngara dos conselhos proletários**

Tal qual os demais países do “bloco soviético”, a Hungria passou por uma certa distensão a partir de 1953. Entre 1953-55, o regime suspendeu o terror sistemático, desacelerou a industrialização e reverteu fundos para melhorar os níveis de vida, reviu o código trabalhista, permitiu relações de mercado no campo e na cidade (em pequenas atividades) e reduziu a censura.

A aplicação do “novo curso” na Hungria foi encabeçada por Imre Nagy, principal nome da ala “reformadora” do PC húngaro (então nomeado “Partido Húngaro dos Trabalhadores”). Típico “comunista de Moscou” durante o exílio na URSS, chegando inclusive a ser informante da NKVD entre os emigrados húngaros, após a libertação do regime nazista, Nagy atuou como Ministro da Agricultura entre 1944-45, do Interior entre 1945-46 e Presidente da Assembleia Legislativa entre 1947-49. Tratava-se, portanto, de um sólido integrante da burocracia húngara.

Em 1953, por pressão de Moscou sobre a liderança do PC húngaro, Nagy assumiu como chefe de governo (Presidente do Conselho de Ministros). Nessa posição, expressou ideias em prol do que nomeou de um “novo estágio do socialismo”, caracterizado por maior liberdade pessoal, economia orientada para bens de consumo, vigência da lei, reabilitação de pessoas condenadas injustamente, libertação de prisioneiros políticos e liberdade religiosa. (Crampton, 1997, p. 289-290; Brown, 2009, p. 279)

Seu governo durou apenas dois anos. Apesar de removidos da liderança do partido e do governo em 1953 por pressão de Moscou, os dirigentes “conservadores”, liderados pelo até então todo-poderoso Mátyás Rákosi, mantiveram uma série de postos-chave. Essa ala da burocracia foi um entrave constante à política do “novo curso”, até que conseguiu reassumir o controle do CC e mudou o governo, em março de 1955. Sua obstinação chegou a resultar em uma repreensão de

Moscú à Rákosi, em janeiro de 1954, após a qual os “conservadores” alteraram sua tática e focaram em criticar a nova política econômica, que estava gerando inflação e desemprego.

Nagy respondeu à essa resistência tentando construir uma base de apoio popular através de novas concessões e, às vésperas do congresso partidário de 1954 (realizado em março), revivendo a “Frente Popular Independente” da época do governo de coalização dos anos 1940. Batizada “Frente Popular Patriótica”, aceitava filiações individuais e sua liderança não era ligada à cúpula do PC. No congresso, uma disputa dissimulada foi travada entre Nagy e Rákosi, na forma da defesa do “novo curso” e perspectiva de menos interferência estatal no dia a dia da população, por parte do primeiro, e críticas à nova política econômica por parte do segundo. Já no pleno de dezembro do CC, a disputa ocorreu de forma mais aberta e direta, no contexto da queda de Malenkov na URSS (que fortaleceu os “conservadores” lá e alhures).

Nagy foi removido da chefia do governo e substituído pelo aliado de Rákosi, András Hegedüs. Pouco depois, ele foi expulso do partido. Com a mudança na cúpula, o “novo curso” húngaro foi em parte revertido, o que tornou Rákosi muito impopular, ao passo que Nagy se tornou cada vez mais adepto de uma perspectiva de “comunismo nacional” e com mais liberdades (nos limites do “novo curso”), permanecendo como uma figura popular, ao ser visto como uma alternativa.

Não obstante o sucesso da ala de Rákosi em retomar o controle, após a revolta de Poznan, Moscú novamente interferiu no PC húngaro. A posição de Rákosi à frente do PC se tornou insustentável não só devido à sua crescente impopularidade, como também por conta do “relatório Krushev” e da perspectiva de “de-stalinização”, uma vez que ele fora um fiel aliado de Stalin. (Crampton, 1997, p. 289-292; Berend, 1996, p. 102-103; Broué, 1996, p. 157; Claudín, 1983, p. 157-158; Broué, 2006, p. 105-108)

Antes de ser removido do comando, um dos últimos atos de Rákosi foi a concessão para que a juventude do PC formasse um grupo de debates voltado à intelectualidade. Batizado em homenagem a um poeta nacionalista do século XIX, o “Círculo Petöfi” rapidamente extrapolou seus propósitos, tornando-se um polo de reunião e debate daqueles que desejavam a democratização do regime através de reformas. Suas reuniões debatiam diversos temas relacionados à política nacional e internacional e congregavam até 6000 participantes por sessão. O Círculo se tornou importante porta-voz da oposição à Rákosi-Hagëdus, defendendo o retorno de Nagy ao partido e à chefia do governo. (Broué, 2006, p. 106; Brown, 2006, p. 280; Crampton, 1997, p. 293)

Outra concessão impactante dos últimos momentos de Rákosi no poder foi a admissão de erros passados do regime e a reabilitação, também em março, de László Rajk, antigo Ministro do Interior executado durante os expurgos de fins dos anos 1940. Todavia, Rákosi havia sido o algoz de Rajk, de forma que a concessão

só gerou mais contradições. Em junho, em um massivo debate sobre liberdade de imprensa convocado pelo Círculo Petöfi, a viúva de Rajk tomou a palavra para declarar que não bastava reabilitá-lo: era necessário punir os culpados. Nesse mesmo mês, a imprensa se rebelou contra a tentativa do regime de reverter a liberdade anteriormente concedida.

Então ocorreu a revolta de Poznan. Credo que Moscou apoiaria um recrudescimento do regime diante do cenário na Polônia, Rákosi fechou o Círculo Petöfi e preparou um expurgo de 400 apoiadores de Nagy no PC, mas Moscou não permitiu que isso fosse levado à cabo. No dia 17 de julho, o homem de Moscou no *Politburo* húngaro, Anastas Mikoyan, demandou a saída de Rákosi do comando do PC, o qual se mudou para Moscou no dia seguinte. (Crampton, 1997, p. 294)

Rákosi foi substituído por Ernő Gëro, que era um aliado seu, de forma que a mudança não agradou nem aos “reformadores”, nem aos “conservadores”, tampouco à população húngara, que mais uma vez viu sua soberania violada pela URSS e a promessa de mudanças deixada de lado. No dia 30 de junho, o jornal do sindicato dos escritores publicou um artigo de um porta-voz dos trabalhadores da importante fábrica Csepel de Budapeste, no qual declarava que havia chegado a hora dos trabalhadores também participarem da disputa por liberdades e punição dos culpados dos crimes da era Stalin. (Broué, 2006, p. 108; Brown, 2006, p. 279)

No dia 6 de outubro as tensões chegaram a um clímax, quando ocorreu em Budapeste um funeral simbólico para Rajk. A data era bastante significativa: tratava-se do aniversário da execução de 13 generais húngaros pelo Império Russo em 1849, após o fracasso da revolução liberal de 1848. A procissão fúnebre contou com mais de 240 mil pessoas, com Nagy à frente. Ao final, um protesto de cerca de 500 estudantes, com slogans mais radicais contra o regime, foi duramente reprimido pela polícia. (Brown, 2006, p. 280; Crampton, 1997, p. 295; Crampton, 1983, p. 157-158)

No dia 13, Nagy foi reintegrado ao PC sob forte clamor popular, mas isso não foi suficiente para acalmar os ânimos contra o regime. No dia 22, o Círculo Petöfi publicou um programa de 10 pontos inspirado nas propostas de Gomulka e convocou uma manifestação para o dia seguinte, em solidariedade ao povo polonês. Nesse mesmo dia, foi fundada uma nova organização de juventude, independente do PC, em uma assembleia realizada na Universidade Politécnica de Budapeste. Com cerca de 5 mil estudantes presentes, foi emitida ainda uma declaração com 16 demandas por mudanças, mais radicais do que aquela emitida pelo Círculo Petöfi. (Claudín, 1983, p. 157-158; Crampton, 1997, p. 295; Brown, 2009, p. 281; Broué, 2006, p. 107-109)

Estava declarada a guerra dos estudantes e intelectuais ao regime. Em linhas gerais, os estudantes demandaram a democratização através de eleições secretas e formação de uma nova Assembleia Nacional com participação de



vários partidos; formação de um novo governo sob o comando de Nagy; liberdade de imprensa e de crítica; punição dos dirigentes que houvessem cometido crimes e retorno de Rákosi ao país para ser julgado por um tribunal popular; saída das tropas da URSS do país e estabelecimento de relações autônomas frente à URSS; revisão das normas de trabalho na indústria, das normas de requisição agrícolas e do plano econômica com foco em melhorar as condições de vida da população; atendimento das demandas salariais de trabalhadores manuais e intelectuais; reconhecimento do direito de greve; retorno das insígnias militares e feriados nacionais ligados ao nacionalismo da revolução de 1848 e remoção da estátua de Stalin de Budapeste e construção no seu lugar de um monumento aos mártires de 1848-49.

A assembleia também declarou solidariedade ao povo polonês em sua luta por democracia e independência e convocou todos os estudantes da Hungria para formarem seções locais da nova organização de juventude. Por fim, convocou envio de delegações de todo o país para reunir um “parlamento da juventude” em Budapeste no dia 27<sup>4</sup>.

No dia seguinte, a manifestação convocada pelo Círculo Petöfi foi abraçada pelos estudantes. Proibida pelo governo, mas liberada no último momento após a adesão da organização de juventude do PC, ela se dirigiu à estátua do general polonês Józef Bem, herói de 1848. Os manifestantes carregavam retratos de Lenin, gritavam slogans contra Rákosi e o stalinismo, e demandavam o retorno de Nagy, além de cantarem uma parte do mais famoso poema de Pëtofi, que diz “Jamais seremos escravos novamente”. No horário de saída dos trabalhadores das fábricas, estes se juntaram aos manifestantes e todos seguiram para o Parlamento, onde Nagy apareceu na sacada e fez um discurso apaziguador, prometendo que levaria as demandas populares para debate no CC.

Às 20h, com as ruas da capital ainda lotadas de manifestantes, Gëro se pronunciou através do rádio, anunciando que o CC iria se reunir no dia 31 para debater as demandas e, ao mesmo tempo, insultou os manifestantes de “chauvinistas”, “canalhas” e os acusou de querer “abrir as portas ao capitalismo”. Em resposta às ofensas, uma parte dos estudantes se dirigiu à central radiofônica para exigir a transmissão de suas demandas e outra para a estátua de Stalin, derrubando-a. Os slogans tornaram-se mais duros: “Russos, voltem para casa!”, “Morte à Gëro!” e “Morte à ÁVH!” (“Autoridade de Proteção do Estado”, a polícia política húngara).

Após uma confusão no prédio da rádio, membros da ÁVH dispararam contra a multidão, matando três. Um agrupamento do exército chegou pouco após, mas se solidarizou com os manifestantes, inclusive lhes entregando armas. Na

<sup>4</sup> A declaração encontra-se reproduzida em Broué (2006, p. 111-112).

sequência, trabalhadores saíram pela cidade em busca de mais armas, tanto nas fábricas bélicas quanto nos quartéis, muitos dos quais lhes abriram as portas. Iniciou-se, assim, a Revolução Húngara, com barricadas sendo erguidas por toda Budapeste pelos trabalhadores e estudantes armados. Em paralelo aos conflitos de rua, os delegados estudantis se reuniram em um “Comitê revolucionário de estudantes em armas”, que passou a coordenar as ações da insurreição na capital.

À meia-noite, o CC do partido se reuniu emergencialmente e nomeou Nagy chefe do governo e removeu parte dos “linha-dura” do órgão, integrando “reformadores” em seu lugar (entre eles György Lukács). Ao mesmo tempo, solicitou intervenção das tropas da URSS e estabeleceu lei marcial. Na madrugada, Nagy fez um pronunciamento de rádio – segundo alguns relatos, com um revólver russo apontado para a cabeça –, no qual prometeu mudanças por democracia, porém anunciou a solicitação de intervenção militar da URSS e também a declaração de lei marcial, estabelecendo toque de recolher e dando permissão para o exército realizar execuções sumárias. Na manhã do dia 24, 6 mil soldados e 700 tanques da URSS entraram em Budapeste, juntando-se à ÁVH na tentativa de suprimir a insurreição. Com isso, boa parte das tropas, até então aquarteladas, se juntaram aos insurretos, sob comando do coronel Pál Maléter. (Crampton, 1997, p. 296-297; Claudín, 1983, p. 157-158; Brown, 2006, p. 281-282; Broué, 2006, p. 112-117)

Com a entrada das tropas da URSS, a insurreição se expandiu para os bairros operários. Trabalhadores e soldados se juntaram ao Comitê revolucionário dos estudantes, que se tornou o Estado-maior da insurreição em Budapeste. No dia 25, em meio a uma massiva manifestação em frente ao prédio do parlamento, as tropas da URSS e da ÁVH realizaram um fuzilamento em massa, com mais de 300 mortos. O Comitê revolucionário respondeu com um chamado à greve geral, que terminava com um “Viva ao novo governo sob a direção de Imre Nagy!”.

Além de milhares de panfletos convocando a greve, o Comitê produziu similar quantidade em russo, convocando os soldados da URSS a se solidarizarem com a revolução e reforçando que se tratava de uma luta por um “socialismo democrático”. A estrela vermelha e o martelo cruzado com um ramo de trigo, emblemas associados à URSS, foram removidos das bandeiras húngaras, que passaram a ser agitadas nas ruas com um buraco no meio. Uma rejeição ao stalinismo e a Moscou, não ao socialismo.

Enquanto o conflito seguia na capital, no resto do país, trabalhadores organizaram conselhos de empresas em diversas cidades. Em alguns lugares, diante do colapso do poder central, esses órgãos atuaram organizando a distribuição de víveres e garantindo o funcionamento dos serviços básicos no decurso da greve geral. Em algumas cidades, os conselhos de empresa se unificaram em órgãos centrais de delegados e assumiram o inteiro controle da cidade.

Em Miskolc, primeira cidade a cair sob controle dos trabalhadores, ainda nos dias 24-25, o conselho central emitiu um chamado à formação de conselhos

proletários por todo o país e sua unificação na forma de um conselho central nacional. Em Győr, demandas por mudanças foram emitidas e chegou-se a ameaçar uma marcha sobre Budapeste caso Nagy não as implementasse: eleições secretas, liberdade para formação de partidos, retirada das tropas da URSS do país, saída da Hungria do Pacto de Varsóvia e libertação do cardinal Mindszenty. Essas demandas foram assumidas, com uma ou outra variação, por todos os conselhos que surgiam país à fora. Muitos deles reforçavam, em suas declarações, confiança em Nagy para implementar a demanda principal: uma Hungria socialista, democrática e soberana.

No dia 25, o presidente do Conselho revolucionário de Budapeste, o professor de psicologia Ferenc Mérey, se reuniu com Nagy e apresentou demandas adicionais para o cessar-fogo: saída imediata das tropas da URSS; julgamento público dos responsáveis pelo “banho de sangue”; libertação de todos os presos políticos; dissolução da ÁVH. Nesse mesmo dia, com a benção dos enviados de Moscou, Mikoian e Mikhail Suslov, foram anunciadas a anistia para os que baixassem as armas e a troca de Gëro no comando do partido por János Kádár. Substituto de Rajk no Ministério do Interior e posteriormente também expurgado, com o “novo curso” Kádár integrou a ala “reformadora” da burocracia. Ele fez um pronunciamento no rádio anunciando as medidas, mas se referiu à insurreição como “contrarrevolução”.

À noite, quando nenhum batalhão militar respondia mais ao governo, caminhões militares distribuíram panfletos na capital demandando um novo “exército provisório revolucionário” e um novo “governo nacional provisório revolucionário” com representantes das juventude insurreta; imediata anulação do Pacto de Varsóvia; imediata saída das tropas da URSS; anistia geral; democracia verdadeira para o socialismo húngaro; e reconhecia Nagy e Kádár como novo “governo revolucionário”.

No dia 26, mais uma vez sob a benção de Moscou, que ainda via possibilidade de uma solução negociada, Nagy anunciou uma série de concessões adicionais para tentar apaziguar a situação: reconhecimento legal dos conselhos de empresa, reconhecimento de “erros e crimes do passado” e anúncio de que negociaria o estabelecimento de relações soberanas com a URSS, além de formar um governo multipartidário baseado na Frente Popular Patriótica. (Broué, 2006, p. 118-135; Crampton, 1997, p. 297-298; Claudín, 1983, p. 157-158; Brown, 2006, p. 281-282)

Apesar do recuo na ofensiva militar da URSS, a revolução se espalhou pelo país e se aprofundou, com a generalização dos conselhos por praticamente todas as empresas e cidades. Na capital, os odiados membros da ÁVH foram caçados, linchados e assassinados. Todavia, os trabalhadores, senhores de fato da situação, ainda apostavam na transição democrática prometida por Nagy.

No dia 27, Nagy anunciou a formação de um novo governo, sem membros

da ala “linha-dura” do PC e composto de líderes de antigos partidos, em especial o Partido dos Pequenos Proprietários, ligado ao campesinato. Os socialdemocratas se recusaram a participar. Os vários conselhos lançaram críticas à sua composição, encarando que Nagy seguia recuado e não apostando na mobilização popular. Na madrugada do dia 27 para o 28, Nagy então se reuniu novamente com o Comitê revolucionário de Budapeste e aceitou integralmente suas demandas. Através do rádio, anunciou que as tropas da URSS deixariam o país, que os conselhos seriam parte integrante do regime, na condição de órgãos autônomos de poder local, que a ÁVH seria dissolvida e que um novo exército seria formado a partir das milícias insurretas.

Ao longo do dia 28, vários conselhos saudaram a decisão de Nagy e enviaram delegações à capital para apresentar as demandas dos trabalhadores para reconhecerem o novo governo. Ao longo dos dias 28 e 29, as promessas de Nagy foram entrando em prática: dissolução da ÁVH, liberação para formação de novos partidos, formação de um novo exército, libertação de todos os presos políticos. O novo governo foi composto por “reformadores” do PC, líderes da insurreição (como Maléter, novo Ministro da Defesa), líderes dos refundados Partidos Social-democrata, dos Pequenos Proprietários e Nacional Campesino. A saída das tropas da URSS foi anunciada. Até então, todas essas concessões tiveram a anuência de Mikoian e Suslov e, portanto, de Moscou.

Novos partidos também surgiram, como o Católico, o Cristão-democrático e o Democrático Popular. Os vários conselhos exigiram a refundação do PC, sem participação dos implicados nos crimes do regime stalinista. Sem ter opção, Kádár declarou aceitos os termos dos trabalhadores. Todavia, era impossível “renovar” o partido, que havia rachado entre os membros do aparato, que tomaram o lado da ÁVH e das tropas da URSS, e a sua base, que tomou o lado da revolução. Poucos dias depois, Kádár, Nagy e seus aliados fundariam um novo partido.

Com o anúncio de que os conselhos seriam parte integrante do regime, no dia 30 foi formado ainda um Comitê revolucionário do exército, eleito a partir de comitês de base. De forma semelhante, comitês surgiram em todas as repartições públicas. A radicalização da sociedade foi tamanha que mesmo porta-vozes dos setores reacionários, como o recém-liberto cardeal Mindszenty, ou de setores pró-capitalistas, como porta-vozes dos antigos partidos camponeses, fizeram pronunciamentos em prol dos trabalhadores e do socialismo. Jornais recém-fundados que veiculavam propostas pró-capitalistas foram logo suprimidos pelos próprios trabalhadores das gráficas. A Rádio *Free Europe*, financiada pela CIA, incitou atos de violência com o propósito de causar caos e, assim, enfraquecer a imagem da URSS, mas não obteve sucesso. (Brown, 2006, p. 281-282; Crampton, 1997, p. 297-299; Claudín, 1983, p. 157-158; Pelz, 2016, p. 175-176; Broué, 2006, p. 136-154)

A cúpula da URSS estava alarmada com o desenrolar da Revolução Húngara.

No dia 30, ela decidiu que poderia retirar as tropas da Hungria caso Nagy assegurasse a permanência do país no Pacto de Varsóvia e normalizasse a situação. Nesse mesmo dia, as tropas em Budapeste recuaram para os limites da cidade. Todavia, no dia 31, os líderes da burocracia da URSS voltaram atrás e resolveram retomar a ofensiva militar. Archie Brown avalia que pesou sobre essa decisão a crescente tensão na Romênia e Tchecoslováquia, países com minorias húngaras, e, especialmente, a pressão da Iugoslávia e da China. No próprio dia 31, Krushev, Malenkov e Moltov fizeram uma série de voos pelo Leste Europeu, reunindo-se com as lideranças dos regimes locais para avisar da decisão e assegurar que não haveria reação contrária da parte dos demais PCs (incluindo Gomulka, que concordou que a “contrarrevolução” precisava ser suprimida, discordando apenas que isso deveria ser feito pela URSS – Kramer, 1998, p. 203).

Enquanto as viagens da cúpula do PC da URSS ainda ocorriam, já havia movimentação nas tropas da URSS estacionadas na Hungria e Suslov e Mikoian deixaram o país. Nagy protestou ao embaixador da URSS, Iuri Andropov e, diante da iminência de uma nova intervenção militar, após deliberação do CC, às 19h declarou no rádio que a Hungria se retirava do Pacto de Varsóvia e declarava “neutralidade”, além de que buscaria auxílio da ONU contra a URSS. A reunião do CC também votou pela dissolução do partido e a fundação de um novo, o “Partido Socialista Húngaro dos Trabalhadores”. Boa parte dos “linha-dura” fugiu para Moscou, enquanto os “reformadores” se dividiram entre uma ala mais moderada, próxima de Kádár, e uma mais favorável aos conselhos, ao redor de Nagy.

Ao final do dia, Kádár e parte de seus aliados no governo desapareceram. Apesar de ter votado pelas medidas do CC, ele resolveu mudar de lado e viajou à URSS. Mesmo mantendo posições pró-reforma, aceitou cumprir o papel de tentar apaziguar a situação após a supressão da revolução. Uma revolução vitoriosa era ameaça muito maior à burocracia reformadora do que Moscou.

Enquanto Nagy fazia seu pronunciamento, os mais importantes conselhos regionais já articulavam a resistência, fortalecendo suas milícias e emitindo chamados internacionalistas às tropas da URSS e aos trabalhadores dos países vizinhos para que não permitissem uma agressão à revolução em curso.

No dia 3, Maléter e parte do Estado-maior foram sequestrados, ao negociarem com oficiais da URSS. Na madrugada para o dia 4, cerca de 6 mil tanques adentraram o território húngaro. Nagy e outros membros do governo buscaram abrigo na embaixada iugoslava. As tropas encontraram dura resistência da parte do exército revolucionário e, principalmente, nos bairros operários, mas conseguiram se impor.

Além do massacre dos revolucionários, ocorreram deportações em massa de prisioneiros. No dia 7, Kádár reapareceu, anunciou na rádio a formação de um novo governo e formalizou um pedido de auxílio militar à URSS. No dia 11, esse governo anunciou que negociaria a saída das tropas da URSS e chamou por um

cessar-fogo. Não obstante, os conflitos duraram até o dia 14, com os conselhos resistindo à brutal repressão e mantendo a greve geral de pé.

Em Budapeste, o conjunto de conselhos locais formou um Conselho Central, verdadeiro senhor da capital, que passou a negociar com Kádár o fim da greve geral. Suas exigências principais foram o reconhecimento do direito de greve, retorno de Nagy ao poder, saída das tropas da URSS, eleições livres, liberdades para os partidos que aceitassem o sistema de propriedade estatizada e independência frente à URSS. No dia 12, seus membros votaram por não terminar a greve até que essas demandas fossem atendidas. A reunião foi interrompida por soldados da URSS e Kádár interviu para apaziguar a situação, conquistando, assim, os membros dispostos à conciliação.

Sob a dureza do conflito e da greve, bem como animados por promessas de Kádár, os trabalhadores da importante CsepeI decidiram se retirar da greve. Ainda na noite do dia 15, sob o impacto dessa decisão, uma apertada maioria do Conselho Central decidiu findar a greve geral no dia 17. Mas os conselhos de base reagiram, trocando seus representantes e demandando a formação de um Conselho Central Nacional. O Conselho de Budapeste então convocou a formação de um Conselho Nacional, cujos delegados, vindos das bases radicalizadas fora da capital, tentaram se reunir no dia 21, mas foram impedidos pelas tropas ocupantes. Diante da situação, em reunião ampliada com participação desses delegados, o Conselho de Budapeste chamou a retomar a greve por 48h, pelo reconhecimento do Conselho Nacional e reafirmando as demandas do dia 15. Como a CsepeI não aderiu, o Conselho de Budapeste novamente recuou.

Diante dessas vacilações, Kádár tentou ganhar tempo. No dia 21, declarou firmado um acordo com a URSS para a saída segura de Nagy e seus aliados da embaixada iugoslava. A partir do dia 22, passou a minar a autoridade dos conselhos no interior dos ministérios. No dia 23, ao deixar a embaixada, a comitiva de Nagy foi sequestrada pelas tropas da URSS.

Não obstante, o Conselho de Budapeste seguiu com uma linha conciliadora – mas, ao mesmo tempo em que recuou da greve geral, demandou, no dia 26, autorização para ter sua própria milícia e periódico. Diante da negativa, conclamou um boicote ao periódico oficial do regime. Kádár retomou a ofensiva contra os conselhos nos dias 4 e 5 de dezembro. Ele prometeu permissão para funcionarem nas empresas, estritamente limitados a questões econômicas, mas prendeu as principais lideranças radicais e decretou a dissolução dos comitês revolucionários.

Em resposta à onda repressiva, greves começam a eclodir por todo o país e o Conselho de Budapeste novamente chamou por uma greve de 48h, que ocorreu, com força total, nos dias 11 e 12, a despeito da implementação de lei marcial e da dura repressão sobre os conselhos e comitês. Mesclando concessões (similares às de Gomulka) e repressão, Kádár por fim conseguiu derrotar a revolução.

Mesmo assim, manifestações e paralisações esporádicas se estenderam até janeiro de 1957. (Broué, 2006, p. 136-182; Claudín, 1983, p. 157-158; Brown, 2006, p. 282-288; Crampton, 1997, p. 299-300)

Conforme destaca J. R. Crampton, algumas consequências da revolução derrotada foram a de-coletivização da terra por ação direta dos produtores; um grande êxodo para fora do país, de mais de 200 mil pessoas; um grande expurgo nas forças armadas; execução de 2500 revolucionários após julgamentos-relâmpago; e cerca de 3 mil mortes em combate. (Crampton, 1997, p. 301-302)

Na avaliação de Broué, a ausência de uma liderança revolucionária, na forma de um partido marxista enraizado na classe trabalhadora, permitiu que lideranças conciliadoras assumissem a frente da revolução e desperdiçassem suas energias com negociações e vacilações que deram tempo à burocracia stalinista para recuperar o poder. Essa avaliação é compartilhada por um dos protagonistas da revolução, Bálasz Nagy (mais conhecido como “Michel Varga”), um dos líderes do Círculo Petöfi, que foi ganho para o trotskismo após se exilar na França e ter contato com Broué. Em um texto de 1966, Nagy faz uma autocrítica do fato da liderança da revolução ter tido uma orientação reformista e gradualista e não ter almejado erguer um poder político próprio dos conselhos proletários. (Broué, 2006, p. 182-187; Nagy, 2006, p. 212-217) Não obstante, a Revolução Húngara demonstrou o enorme potencial revolucionário da classe trabalhadora em sua luta contra o stalinismo, por um socialismo verdadeiro, internacionalista e baseado no autogoverno da classe trabalhadora.

### **Desdobramentos e deslocamentos**

O “outubro polonês” e a Revolução Húngara levaram ao fortalecimento de vozes opositoras na URSS, ainda que com alcance limitado. Nas universidades de Moscou e Leningrado houve grande agitação estudantil ao longo do segundo semestre de 1956, e surgiram diferentes grupos clandestinos reivindicando um “retorno a Lenin” e falando em “neobolchevismo”. O regime respondeu duramente e centenas de estudantes foram expulsos de Moscou e 2 mil de Leningrado.

De forma mais ampla, o regime na URSS passou por recrudescimento como forma de evitar possíveis rebeliões. Isso se deu principalmente na forma de uma campanha contra o “revisionismo”. Ao mesmo tempo, novas concessões materiais foram feitas e tanto a Polônia quanto a Hungria receberam grandes recursos da URSS para fazer o mesmo. (Broué, 1996, p. 169-173)

Não obstante, em 1957, no XXII Congresso do PC da URSS, Krushev ensaiou outra rodada de “de-stalinização”. Assim, em termos gerais, o imediato pós-1956 no “bloco soviético” foi marcado por uma nova fase repressiva, que combinou concessões econômicas secundárias com ofensiva contra o “comunismo nacional” e o “revisionismo”. Mas não se tratou de um retorno ao terror dos anos 1930-40.

Claudín ressalta que se deu um “esgotamento da via stalinista clássica”, baseada no terror e no rígido controle dos Estados-satélites. A década de 1960 como um todo, tanto pelas pressões vindas de baixo, quanto pela orientação vinda de Moscou, foi um período de regimes mais “moderados” e marcados por particularidades nacionais, no lugar da centralização extrema na URSS (com exceção da Albânia e Romênia). Tais pressões de baixo atingiram um novo ápice em 1968, ano em que também foi encerrado o novo ciclo contestatório, com o esmagamento da “Primavera de Praga” tchecoslovaca.

Já os anos 1970 e, em especial, 1980, foram marcados por intensos protestos e degradação da capacidade da burocracia de manter o controle, em um contexto de deterioração da economia em decorrência da gestão burocrática, e fortalecimento dos nacionalismos. Todavia, nos anos 1980, ocorreu uma crescente associação pela população do “bloco soviético” entre socialismo e stalinismo, de forma que as revoltas dessa época se deslocaram da defesa de um socialismo democrático para a de retorno do capitalismo, igualado a democracia e boas condições de vida. Ao mesmo tempo, setores da burocracia atuaram em prol de uma restauração, para virarem burguesia.

### Referências

- BEREND, Ivan. *Central and Eastern Europe, 1944-1993: Detour from the periphery to the periphery*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- BROUÉ, Pierre. “La revolución de los consejos obreros” [1956]. In: YANG, Elizabeth Ingrid (ed.). *Hungría del '56: revoluciones obreras contra el stalinismo*. Buenos Aires: Ediciones del IPS, 2006.
- BROUÉ, Pierre. *União Soviética da revolução ao colapso* [1996]. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- BROWN, Archie. *Rise and Fall of Communism*. New York: Harper Collins, 2009.
- CLAUDÍN, Fernando. *A oposição no “socialismo real”: União Soviética, Hungria, Polônia, Tcheco-eslováquia, 1953-80* [1981]. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CRAMPTON, R. J. *Eastern Europe in the Twentieth Century - and After* [1994]. New York: Routledge, 1997.
- DALE, Gareth. *17 de junio de 1953* [17/06/2017]. Disponível em <<https://www.vientosur.info/spip.php?article12755>>. Acessado em 02/02/2019.
- GERMAIN, E. [Ernest Mandel]. “Le soulèvement ouvrier en Allemagne Orientale”. *Quatrième Internationale*, n. 62, juillet 1953.
- KRAMER, Mark. “The Early Post-Stalin Succession Struggle and Upheavals in East-Central Europe: Internal-External Linkages in Soviet Policy Making (Part 1)”. *Journal of Cold War Studies*, vol 1, n. 1, 1999, 16-22.
- KRAMER, Mark. “The Soviet Union and the 1956 Crises in Hungary and Poland:



Reassessments and New Findings”. *Journal of Contemporary History*, v. 33, n. 2, April 1998.

MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-1963)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, p. 1380141, março de 2016.

MONTEIRO, Marcio Lauria. “As análises de Trotski sobre a URSS e o stalinismo”. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, v. 23, n. 2, ano XII, p. 176-207, nov. 2017.

NAGY, Bálasz. “La actualidad del Programa de Transición” [1966]. In: YANG, Ingrid (ed.). *Hungría del '56: revoluciones obreras contra el stalinismo*. Buenos Aires: Ediciones del IPS, 2006.

PELZ, William. *A People's History of Modern Europe*. London: Pluto, 2016.

SPRENGER, William. E. “German Workers Shake Party Bosses. Struggles Reaching New Heights”. *Socialist Outlook*, n. 88, p. 1, 4, July 17, 1953.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída. O que é e para onde vai a URSS [1936]*. São Paulo: Sundermann, 2005.

Recebido em 31 de março de 2019

Aprovado em 18 de novembro de 2019